

AQUÉM E ALÉM-MAR:  
“CARTAS DO RIO DE JANEIRO” DE JAIME VÍTOR

HERE AND OVERSEAS:  
“LETTERS FROM RIO DE JANEIRO” BY JAIME VITOR

Silvia Maria Azevedo

Professora Adjunta do Departamento  
de Literatura - UNESP/Assis.

**Resumo:** As cartas publicadas na imprensa luso-brasileira ao longo do século XIX e início do XX constituíram prática largamente empregada pelos jornalistas-correspondentes dos dois lados do Atlântico. Jaime Vítor, um dos diretores da *Brasil-Portugal* (1899-1914), fez uso dessa modalidade discursiva nas *Cartas do Rio de Janeiro*, correspondência aberta enviada aos leitores da revista monarquista, num momento em que a República fora instaurada em Portugal. O objetivo do artigo é propor uma reflexão acerca desse gênero textual voltado à comunicação num espaço público, tendo em vista o propósito da viagem de Jaime Vítor à Capital Federal, em 1912, de estreitar os laços entre Brasil e Portugal, exposto nas cartas que privilegiam a voz do remetente.

**Palavras-chave:** Carta aberta, imprensa luso-brasileira, Jaime Vítor.

**Abstract:** The letters published in the Portuguese-Brazilian press throughout the 19th and early 20th centuries were widely used by journalists-correspondents on both sides of the Atlantic. Jaime Vítor, one of the directors of Brazil-Portugal (1899-1914), used this discursive modality in the “Letters from Rio de Janeiro”, an open correspondence sent to the readers of the monarchist magazine, at a time when the Republic was established in Portugal. The purpose of the article is to offer a reflection on this textual genre focused on communication in a public space, considering the goals of Jaime Vítor’s trip to the Federal Capital, in 1912, to strengthen the ties between Brazil and Portugal, exposed in the “Letters from Rio de Janeiro”.

**Keywords:** Open letter, Portuguese-Brazilian press, Jaime Vítor.

Na história das relações luso-brasileiras, a imprensa desempenhou papel de destaque, ao longo do século XIX e início do XX, na consolidação das trocas culturais entre Brasil e Portugal, mediadas por escritores, jornalistas e editores de ambos os países. Diários cariocas, como *Jornal do Brasil*, *O País*, *Gazeta de Notícias*, e periódicos portugueses que circularam no Brasil, a exemplo da revista *Brasil-Portugal* (1899-1914), foram instrumentos que atuaram na consolidação de “múltiplas solidariedades e cumplicidades jornalísticas entre as duas margens do Atlântico [...]” (SILVA, 2018, p. 267). Enquanto a *Gazeta de Notícias*, dentre outros jornais, contava com uma rede de correspondentes que, de Portugal, remetiam suas matérias para o matutino, caso de Eduardo Schwalbach, responsável pela coluna “Carta de Portugal”, a *Brasil-Portugal* era representada por Jaime Vítor (1855 - ?), que, da Capital Federal, enviava suas *Cartas do Rio de Janeiro* para a revista de Lisboa.

Jaime Vítor assumiu a função de correspondente da *Brasil-Portugal*, revista ilustrada monarquista, dirigida por ele e dois outros jornalistas, José Bernardo Camilo Lorjó Tavares e Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha, num contexto particularmente dramático para a imprensa monárquica e católica de Portugal, após a implantação da República portuguesa em 5 de outubro de 1910, quando os respectivos periódicos são objeto de ataques constantes pela ala republicana mais radical. Diante de um quadro de

perseguições e da convivência e passividade das autoridades policiais e políticas portuguesas, Jaime Vítor viu-se obrigado a sair de Lisboa e rumar para o Rio de Janeiro, em 1912.

Criada com o intuito de “tornar o Brasil conhecido em Portugal, tornar Portugal conhecido no Brasil” (*Brasil-Portugal*, n. 1, 01/09/1899, p. 2), a revista quinzenal lisboeta, que circulou entre 1 de fevereiro de 1899 a 16 de agosto de 1914, conseguiu cumprir a contento esse programa durante os anos de 1899-1903, “[...] com grande relevância para a divulgação numa situação de igualdade das realidades políticas, literárias, artísticas, econômicas e patrimoniais, dos dois países [...]” (SILVA, 2018, p. 276). Para tanto, o empreendimento contou com os esforços de Lorjó Tavares que, incumbido de promover a revista no Brasil, realizou três longas viagens ao país, em 1899, 1900 e 1911, com estadias de aproximadamente oito meses de duração (MÜLLER, 2011a, p. 49-52)<sup>1</sup>, além do suporte de uma rede de agentes/colaboradores espalhados pelas principais cidades brasileiras: Belém, Manaus, São Luís, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo (MÜLLER, 2011b, p. 114).

Estreitar os laços entre Portugal e Brasil foi também o propósito de revistas luso-brasileiras que an-

---

1 Além das três viagens de divulgação da *Brasil-Portugal*, Lorjó Tavares esteve no Brasil, em pelo menos duas outras ocasiões: em 1898, para lançar o plano da revista junto à comunidade lusa do Norte do país; em 1908, para fazer a cobertura da visita do então rei de Portugal d. Carlos I, por ocasião da Exposição do Rio de Janeiro (MÜLLER, 2011a, p. 49; p. 52).

tecederam a *Brasil-Portugal*, principalmente aquelas criadas após o rompimento das relações diplomáticas com Portugal, em decorrência da Revolta da Armada Brasileira, em 1893, como *Portugal e Brasil* (1895) e a *Edição Quinzenal Ilustrada do Jornal do Brasil* (1897-1898): a primeira foi dirigida por Jaime Vítor, Lorjó Tavares e Ernesto Bartolomeu (MÜLLER, 2011b, p. 107), a segunda, por Jaime Vítor e o Visconde de São Boaventura, e criada com o objetivo de expandir a circulação do jornal carioca em Portugal, tendo em vista contatos jornalísticos existentes e a língua comum (SILVA, 2018, p. 264).

Se o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal em 1895 criou condições favoráveis para o lançamento da *Brasil-Portugal* quatro anos depois, a proclamação da República brasileira em 1889 veio estremecer as relações de amizade e aproximação entre os dois países, agravadas pela intensa lusofobia, disseminada na imprensa, em particular no Rio de Janeiro (MÜLLER, 2011b, p. 129). Ainda assim, dada a “relativa facilidade com que os profissionais da imprensa se deslocavam e trabalhavam dos dois lados do Atlântico” (SILVA, 2018, p. 263), a cidade carioca era o destino *natural* dos jornalistas portugueses, impossibilitados de exercerem a profissão em seu país.

Ao denominar os textos enviados à revista *Brasil-Portugal* de *cartas*, acompanhadas pela identificação do lugar de onde eram expedidas, Jaime Vítor valeu-

-se de um gênero epistolar largamente empregado na época por jornalistas-correspondentes da imprensa luso-brasileira, sediados tanto em Portugal quanto em outros países da Europa. Por outro lado, tendo em vista o tumultuado contexto político em meio ao qual foram redigidas as *Cartas do Rio de Janeiro*, é possível supor que, com esse título, a intenção do jornalista português fosse assegurar a interlocução, ainda que predominantemente de sentido único, com a comunidade de leitores da *Brasil-Portugal*, em ambos os países, em especial entre os simpatizantes da Monarquia deposta, que tinham na revista lisboeta um forte aliado.

Há que se observar ainda que o título escolhido por Jaime Vítor para a seção sob sua responsabilidade na *Brasil-Portugal* estava em sintonia com a concepção moderna do termo *revista*, “ambiente propício e convergente de ideias comuns” que “visa ainda um diálogo com seus leitores e assinantes que fornecem não só respaldo financeiro mas sobretudo ideológico que assegura o sucesso e a longevidade do periódico sustentado” (MÜLLER, 2011b, p. 37). No caso da *Brasil-Portugal*, esse apoio foi fundamental para garantir a duração do periódico, que contava com o patrocínio financeiro de casas comerciais localizadas no Norte do Brasil, cuja propaganda infestava as páginas do periódico.

As *Cartas do Rio de Janeiro* circularam na revista luso-brasileira entre 1 de setembro de 1912 a 1 de

fevereiro de 1914, ora mensal, ora quinzenalmente, num total de dezoito missivas, sendo que três saíram em 1912, doze, em 1913 e três, em 1914. Oito textos foram publicados abaixo das “Notas da Quinzena”, seção fixa, com função de editorial, voltada à interpretação dos fatos de destaque naquele período, vindo assinados pelo jornalista; os outros dez, cujos assuntos fugiam ao quesito *atualidade*, intitulavam a própria coluna, igualmente firmada por Jaime Vítor. Em ambos os casos, as cartas refletiam a preocupação de passar em revista os acontecimentos relativos a Portugal e ao Brasil, dimensão transatlântica explicitada no subtítulo “Aquém e além-mar”, o que permite recuperar acepção complementar do termo *revista*, “[...] um tipo de publicação periódica que tem como objetivo principal o de *re-visar* e *re-examinar* determinados assuntos considerados relevantes pelo grupo editorial que a concebe.” (MÜLLER, 2011b, p. 30). Nesse sentido, cabe dizer que, mesmo distante fisicamente da *Brasil-Portugal*, o correspondente português se fazia presente, integrando o grupo de jornalistas responsáveis pelo editorial da revista, principalmente quando as cartas saíam nas “Notas da Quinzena”, a apontar para a sobreposição de funções da correspondência de Jaime Vítor.

Escritas para serem publicadas na imprensa, o que as investia de *valor perlocutório*, no sentido de “[...] interferir no comportamento do seu destinatário, incitando-o a uma ação ou a uma tomada de po-

sição.” (PEIXINHO, 2009, p. 11), as cartas de Jaime Vítor explicitavam outro aspecto decorrente do gênero textual em que foram vazadas: o do correspondente-viajante que se dirigia aos leitores que ficaram em Portugal, dividindo com eles seu estado de espírito e impressões, tal como acontece na primeira carta do jornalista, redigida a bordo do navio *Astúrias* que o trazia para o Rio de Janeiro:

É bem o mesmo este Atlântico que eu atravessei há trinta anos com as suas águas plúmbeas, sob o vasto céu acastelado de nuvens. A sua monótona imensidade tenho-a gravada na memória. É a mesma que há trinta anos atraía o meu espírito e povoava de visões e lendas a minha mocidade perscrutadora e inquieta. Tenho-a tão presente, agora que da cobertura do *Astúrias* a venho contemplando, como nesses dias de 1883, em que o *Niger* me trazia pela primeira vez ao Brasil, ávido o espírito de curiosidade, o cérebro cheio de ilusões, o coração a transbordar de esperanças.

Simplesmente, a chama que então aquecia o cérebro, apagou-se, o sonho que enchia o coração, desfez-se. A vida, com mais redemoinhos, com maiores perturbações, com as suas ondas bravias, os seus vais-vens constantes, mais intensos e agitados que os das águas revoltas sulcadas por este navio, arrancou da alma as suas utopias, reduziu e quebrantou aquela energia máscula que dá a glória de viver e a ânsia de triunfar. (Brasil-Portugal, n. 327, 1 set. 1912, p. 606).<sup>2</sup>

Aquele que se apresentava nessa carta de abertura da seção da *Brasil-Portugal* era o jornalista-viajante a relembrar o jovem do passado, que esteve pela

---

2 A ortografia das citações, extraídas da *Brasil-Portugal*, foi atualizada.

primeira vez no Rio de Janeiro, em 1883, “o cérebro cheio de ilusões, o coração a transbordar de esperanças”, em contraposição ao correspondente experiente, trinta anos mais tarde, para quem “o sonho que enchia o coração, desfez-se.” A ausência de alusão ao contexto político português, em 1912, responsável pelo estado de ânimo de Jaime Vítor, além de desnecessária, cria atmosfera discursiva dominada por uma subjetividade que se expõe publicamente, estratégia decisiva para captar a simpatia e a adesão do leitor português, por se tratar da primeira das “Cartas do Rio de Janeiro”.

O contraponto presente-passado, inaugurado pela carta de estreia permeia a correspondência do jornalista lisboeta, impregnando-a da nota memorialística, representada, entre outras experiências de viagem, por aquela realizada ao Rio de Janeiro em 1883, e recuperada na carta de 16 de janeiro de 1914, na qual Jaime Vítor recorda a vinda à cidade carioca para tratar da edição manuscrita e ilustrada d’*Os Lusíadas*.<sup>3</sup> A ideia era que o poema camoniano fosse “[...] copiado e firmado, estância a estância, por todos aqueles que em Portugal e no Brasil, em qualquer dos mais nobres ramos da atividade humana, mais honrassem

---

3 O projeto era dirigido por Teófilo Braga, Santos Valente, Jaime Vítor, Francisco de Almeida e Salvador Marques, com prefácio de Pinheiro Chagas e ilustrações, entre outros artistas, de Rafael Bordalo Pinheiro. O visconde de Juromenha, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Luís Guimarães são alguns nomes que colaboraram na Grande Edição Manuscrita d’*Os Lusíadas*.

e melhor servissem as duas pátrias.” (Brasil-Portugal, n. 360, 16 jan. 1914, p. 373). O projeto foi acolhido com entusiasmo pelo Imperador e integrantes da família imperial, assim também por personalidades de destaque da colônia portuguesa no Rio. Nem por isso, recorda o correspondente da *Brasil-Portugal*, D. Pedro II abriu mão das prerrogativas do mandatário na escolha da estância CXL do Canto X do poema camoniano, em desacordo com aquela proposta por Jaime Vítor, a quem cabia a atribuição das estrofes segundo o papel social representado pelas figuras que iriam firmá-las com o seu nome.<sup>4</sup>

Ainda por essa época, outra recordação relativamente ao Rio de Janeiro gravada na memória do correspondente português foram os encontros com alguns intelectuais da comunidade luso-brasileira que costumavam se reunir na Livraria Contemporânea, de propriedade do editor Luís de Faro e Oliveira:

Quantas vezes me encontrei nessa loja de livros com os que então pontificavam no jornalismo e nas letras! Estabelecimento modesto e ao mesmo tempo grandioso, porque era o quartel-general dos intelectuais! Machado de Assis — o Mestre consagrado; o Dr.

---

4 Em nota publicada na *Jornal do Comércio*, em 13 de junho de 1880, informa-se que, em comemoração ao tricentenário de Camões em Portugal, o visconde da Trindade, integrante da comissão encarregada dos festejos no Porto, veio a Lisboa apresentar projeto semelhante ao de Jaime Vítor, que contou com a acolhida de D. Carlos I. O rei português, como o imperador brasileiro, fez valer a sua escolha pela 10<sup>a</sup> estância d'*Os Lusíadas*, sem deixar de registrar com a própria letra a 1<sup>a</sup> estância do canto camoniano, proposta pela comissão.

Araújo — jornalista até à raiz dos cabelos, o primeiro que trouxe para o artigo político, no Rio, a sutileza da argumentação parisiense, o grande diretor da *Gazeta de Notícias*, e Henrique Chaves, o primeiro entre os seus companheiros de trabalho, e Joaquim Serra, cujo espírito vivo e agudo quando não iluminava mordida, e Quintino Bocaiúva, que tinha já nesse tempo o glorioso cognome de “Príncipe do jornalismo”, e Múcio Teixeira, em pleno vigor da sua Musa fecunda, e Escragnolle Taunay, cujos livros escritos na nossa língua ou na francesa, acusam a mesma arte e a mesma pureza de linguagem, e Paula Ney, cujas excentricidades de poeta corriam parelhas com as de boêmio, e Lopes Trovão, que até a conversa com amigos aquecia ao fogo tribunício, e Luís de Andrade, que dirigia então um jornal, e que fora em Coimbra o grande amigo e condiscípulo de Guerra Junqueiro, um dos dois a quem o poeta dedicara a *Musa em férias* – o outro é o Dr. Bernardino Machado. (Brasil-Portugal, n. 359, 1 jan. 1914, p. 363-364).

As boas lembranças da primeira estadia de Jaime Vítor no Rio dão lugar, em 1912, ao retorno traumático à cidade, em vista das circunstâncias adversas da segunda viagem, sem previsão da volta ao país natal. De qualquer forma, aquele que fala nas “Cartas do Rio de Janeiro” tem competência para abordar os temas escolhidos, posto agregar à experiência de viajante o conhecimento do local para onde se dirigia (embora com um intervalo de 30 anos)<sup>5</sup> e de onde passará a re-

---

5 Ao chegar ao Rio de Janeiro pela segunda vez, em 5 de agosto de 1912, acompanhado da esposa e da cunhada Margarida Lorjó Tavares, Jaime Vítor manifestou grande admiração pela transformação e embelezamento da Capital Federal (*Jornal do Brasil*, n. 218, 05/08/1912, p. 7).

gistrar suas impressões, aspecto decisivo para captar a credibilidade do leitor.

Contrariamente ao que o título “Cartas do Rio de Janeiro” faria supor, não era a cidade em si, nas suas particularidades geográficas e urbanas, que irá chamar a atenção do correspondente da *Brasil-Portugal*, mas aquilo que o Rio fazia lembrar Lisboa: “Fora do território português, em nenhuma outra zona do planeta nos consideramos, como no Rio de Janeiro, em Portugal, isto é, em nossa casa [...]” (*Brasil-Portugal*, n. 329, 1 out. 1912, p. 642).

Sentir-se em casa estando no Rio vai além de identificar semelhanças entre as duas capitais, é reconhecer que Portugal está presente por toda a cidade carioca, a começar pela língua portuguesa, “língua sonora e cantante como nós a falamos, ou com tons lânguidos e os *sutaques* característicos que o Brasil lhe imprimiu” (*Brasil-Portugal*, n. 329, 1 out. 1912, p. 642), constatação que, por um lado, garantia sensação de conforto ao correspondente quase exilado, por outro, assegurava ao leitor da *Brasil-Portugal* que, mesmo longe, Jaime Vítor encontrava-se ligado ao seu país.

Acima de tudo o que fazia o jornalista recordar-se de Lisboa eram as personalidades portuguesas encontradas nas ruas e avenidas do Rio de Janeiro, alguns velhos conhecidos, e até amigos, a maior parte pessoas vistas, vez ou outra, em cafés, lojas e teatros lisboetas. Não por acaso, o extenso elenco que Jaime

Vítor irá chamar de “fita cinematográfica de portugueses”, constituída principalmente por políticos e homens de negócios de Portugal, “coincidia com a ‘lista’ de colaboradores da *Brasil-Portugal* que escreviam frequentemente sobre política e economia [...]” (MÜLLER, 2011b, p. 143), a apontar para o vácuo imposto pelos republicanos à revista monarquista.

Figuras como José Antunes Navarro, 2º conde de Lagoaça e Bernardino Machado, antigos correligionários políticos durante a Monarquia portuguesa, podiam ser vistas na hora do almoço e do jantar no Hotel dos Estrangeiros, a distância mantida entre as mesas que ocupavam a sinalizar os novos rumos tomados por suas vidas, na arguta observação do correspondente da *Brasil-Portugal*: “[...] a distância entre aquelas duas mesas do hotel, ocupadas por dois portugueses que mais próximos já estiveram ainda, quando na câmara alta ambos se sentavam nas suas cadeiras de próceres, era bem maior que a dos dez ou doze metros que as separavam.”(Brasil-Portugal, n. 329, 1 out. 1912, p. 642).

O padre Sena Freitas, que em outras ocasiões já estivera no Rio de Janeiro, marcando sua passagem em 1888 pela célebre polêmica com Júlio Ribeiro a propósito do romance *A carne*, era outro banido pela República portuguesa, que, entre outras medidas, proibira os clérigos católicos de usar suas vestes talares em território nacional. Como desforra, nas andanças pela cidade carioca, Sena Freitas nunca tirava a batina

de seda, justa e surrada, pois tinha quase certeza de nunca mais poder usá-la em Portugal.

Não apenas homens de negócio de Portugal estavam se dando bem no Rio de Janeiro, em vista dos altos cargos e bons acordos comerciais, como Camilo Lampreia, presidente de uma grande companhia de seguros e representante no Brasil da Real Companhia Vinícola do Norte, médicos lusos também tiveram a mesma sorte, abrindo prósperas clínicas na cidade, frequentadas por extensa clientela, caso de Albino Pacheco e Urbino de Freitas, este último respondendo a processo criminal em Portugal, acusado pelo envenenamento de três sobrinhos.<sup>6</sup>

Jornalistas portugueses, desde monarquistas perseguidos até republicanos descontentes, não encontraram dificuldade para se inserirem no quadro de colaboradores da imprensa luso-brasileira no Rio de Janeiro, dada a existência de uma forte comunidade lusófona na cidade, empenhada na aproximação entre Brasil e Portugal<sup>7</sup>. De qualquer forma, a *debandada* de quarenta e dois jornalistas obrigados a sair de Lisboa não deixou de impressionar Jaime Vítor:

[...] depois da proclamação da República Portuguesa, isto é, em menos de três anos, debandaram de Portu-

---

6 O Dr. Urbino de Freitas viveu no Brasil, para onde veio em 1901, até 1913, quando o governo republicano permitiu que voltasse a Portugal, vindo a morrer nesse mesmo ano, sem conseguir sua reabilitação moral (MAGALHÃES JÚNIOR, 1978, p. 70).

7 Tão logo chegou ao Rio de Janeiro, em 1912, Jaime Vítor irá integrar o quadro dos colaboradores do *Jornal do Brasil*.

gal para o Rio de Janeiro 42 trabalhadores da imprensa, os quais a toda a hora se acotovelam uns aos outros pelas ruas desta grande cidade, que assim parece transformada numa sucursal enorme do jornalismo português (*Brasil-Portugal*, n. 354, 16 de out. 1913, p. 275).

Da extensa e detalhada relação constam diretores e jornalistas da imprensa portuguesa que, uma vez no Rio de Janeiro, passaram a colaborar em jornais luso-brasileiros, dentre outros, Alexandre de Albuquerque, “que lá deixou de ser diretor do seu jornal à força, por lho empastelarem, e que cá desentope e desabafa na *Época* e no *Realista*”; Pinheiro Domingues, “jornalista católico, redator da *Nação*, que apresenta como um troféu... negativo, meia orelha, porque a outra meia lha levaram os carbonários”; José Paulo Carneiro, “o *Pepe* do *Correio de Lisboa*, que Deus haja, e que colabora ao mesmo tempo na edição da tarde do *Jornal do Comércio*”; Antônio Claro, “antigo advogado e jornalista republicano, do Porto, que diz da república e dos seus homens no *País*, desta cidade, hebdomariamente, o que Mafoma não disse do toucinho”; Virgínia Quesma, “que faz alta reportagem da *Época*, depois de ter feito aí a do *Século*”; Maria da Cunha, “a poetisa, cujo livro foi consagrado pelos prefácios de Cândido de Figueiredo, Júlio Dantas e Conde de Monsaraz, e que colabora literariamente no mesmo jornal”; Carlos Malheiro Dias, “[...] que depois de ter dirigido a *Ilustração Portuguesa*, em pleno regime de uma assídua

colaboração semanal no *Jornal do Brasil*, atravessou o Atlântico, para fazer três conferências no Rio, onde já esteve e de onde talvez não volte.” (*Brasil-Portugal*, n. 354, 16 out. 1913, p. 274).

O empenho em denunciar a perseguição movida pela República portuguesa aos jornalistas de Lisboa<sup>8</sup>, e a acolhida com que foram recebidos pelos jornais cariocas, explicitam um roteiro pré-estabelecido das “Cartas do Rio de Janeiro”, cujo subtítulo “aquém e além-mar”, como se disse, revela a intenção de Jaime Vítor em reiterar a aproximação entre Brasil e Portugal e, com isso, assegurar a circulação da revista da qual era correspondente. É com esse espírito, portanto, que o jornalista irá salientar o papel das associações portuguesas espalhadas pela cidade carioca, dentre as quais a Beneficência Portuguesa, o Gabinete Português de Leitura e a Real Sociedade Clube Ginástico Português, “coletividades altruístas e beneméritas”, por meio das quais é possível “reconhecer e admirar a íntima coesão entre o povo português e o

---

8 Em contraposição ao clima opressor em Portugal, durante os primeiros anos da República, Jaime Vítor surpreende-se positivamente com o ambiente de tolerância política no Brasil, quando da publicação do manifesto do príncipe D. Luís de Orleães e Bragança, como pretendente ao trono brasileiro, que saiu no *Diário Oficial*, em 1913, conforme irá expor em carta que saiu nas “Notas da Quinzena”, sob o título “O manifesto do pretendente”, da *Brasil-Portugal*, n.º.353, 1 de outubro de 1913, p. 358. Já a complacência da polícia em relação ao jogo da roleta, no Rio de Janeiro, será motivo das críticas do jornalista português, expostas em carta publicada na *Brasil-Portugal*, n.º. 352, 16 de setembro de 1913, p. 251.

povo brasileiro” (Brasil-Portugal, n. 340, 16 de mar. 1913, p. 58-59).

A comemoração dos quarenta e quatro anos de fundação da Real Sociedade Clube Ginástico Português, em 31 de outubro de 1912, com nova sede inaugurada no ano anterior, serviu de ocasião para Jaime Vítor enaltecer a longevidade do clube luso-brasileiro, exemplo da “fecunda e superior qualidade da raça portuguesa, que tem nas associações do Rio de Janeiro a sua mais alta e mais nobre expressão” (Brasil-Portugal, n. 340, 16 de mar. 1913, p. 58-59). O fato de a associação esportiva ter uma sede no Rio e outra em Lisboa, a primeira fundada por imigrantes portugueses, os irmãos João José da Costa e Antônio Ferreira da Costa, a segunda, por Antônio Monteiro, é outro aspecto a enfatizar, apesar da distância, o trabalho conjunto dos idealizadores da entidade, em prol da pátria.

As atividades teatrais no Rio de Janeiro, em particular a atuação do empresário e dramaturgo Eduardo Vitorino, que à frente da direção do Teatro Municipal assumira a defesa da nacionalização do teatro brasileiro, abriram espaço para o correspondente da *Brasil-Portugal* voltar a bater na tecla dos laços entre os países irmãos. Posicionando-se favoravelmente à iniciativa de Vitorino, Jaime Vítor, na verdade, foi além, ao expor as razões da dependência do Brasil em relação a Portugal, no quesito teatral:

[...] o Brasil não tem passado longo para possuir uma literatura clássica. Separada da portuguesa, a sua história, apesar de brilhante, tem poucos dias, porque, no decurso dos séculos e na vida de uma nacionalidade, 80 anos são apenas um minuto. E porque, finalmente, para a obra da nacionalização do seu teatro, têm de contribuir em larga escala, não autores nacionais, mas autores portugueses (Brasil-Portugal, n. 333, 1 dez. 1912, p. 707).

Não faltaram críticas na imprensa carioca, algumas sob o sigilo do anonimato, às ideias do correspondente da *Brasil-Portugal*, relativas à proposta nacionalista do teatro brasileiro, a partir do modelo português, vistas como intromissões de alguém que, na condição de estrangeiro, deveria abster-se de se manifestar, no registro indignado do correspondente português:

Há um, entre esses anônimos, que passou do jornal à epístola e que se dirige a mim para me descompor. Não por divergência de opiniões, ou por adulteração de fatos. Não. “Porque eu sou estrangeiro, e não tenho o direito de meter a foice em seara alheia, de meter o bedelho onde não sou chamado.” Para este luminar, quem quer que é, um assunto de interesse geral, que pertence ao domínio público, internacional, porque a arte não tem pátria — e é só da arte que se trata — para esse figurão... sem nome, eu sou um metidoço, um abelhudo. Vejo, porém, que estou a perder tempo e tinta, e a entrar num caminho errado. Não se deve gastar cera com ruins defuntos, nem perder o nosso latim com... anônimos (Brasil-Portugal, n. 335, 1 jan. 1913, p. 738).

Diante da reação adversa do jornalismo carioca, expressão da lusofobia então reinante, Jaime Vitor mudou de tática e, na carta seguinte, passou à defesa do teatro brasileiro, visto pela crítica da época como teatro menor, teatro de operetas, “porque só a opereta traduzia com verdade o modo de ser da vida brasileira” (Brasil-Portugal, n. 335, 1 jan. 1913, p. 738). Recorrendo a exemplos, extraídos da dramaturgia universal, nas altas expressões da comédia e da tragédia, o jornalista português advoga a tese da nacionalização do teatro brasileiro, via diálogo local e universal: “Em Ésquilo e Aristóфанes: a Tragédia e a Comédia — não palpita só a vida da Grécia. Vive nelles o Universo” (Brasil-Portugal, n. 335, 1 jan. 1913, p. 738).

A criação de museus de teatro no Brasil e em Portugal é um projeto que, nascido em Lisboa, quando da morte da viúva de Francisco Alves da Silva Taborda, detentora da guarda dos prêmios e objetos pessoais do ator português, Jaime Vítor abraçou com entusiasmo, no empenho de sustentar a aproximação entre os dois países, objetivo a nortear sua segunda viagem ao Rio de Janeiro. Para que esse propósito tivesse êxito, o correspondente da *Brasil-Portugal* deve ter se dado conta, ao longo de sua estadia na cidade, de que qualquer *novo alvitre* envolvendo a área cultural deveria contemplar, de forma equânime, os dois países, sem a sobreposição de um sobre o outro, tendo em vista a repercussão negativa em relação à nacionalização do

teatro brasileiro, sob a égide do teatro português, exposta em carta, pouco depois de chegar ao Rio. Quase um ano mais tarde, a defesa da criação de um museu de teatro no Brasil, representado pelo universo dramático envolvendo profissionais de maior destaque da cena brasileira, como João Caetano, Ismênia Santos e Vasques, pressupõe a existência de teatro no Brasil, ainda que de história recente, cuja memória deveria ser preservada, a ensinar aos estrangeiros “[...] que houve arte no Brasil e que foram brasileiros os que a serviram com extremado amor e a cultivaram com brilho intenso.” (*Brasil-Portugal*, n. 350, 16 ago. 1913, p. 219).

Quando da realização do 16<sup>o</sup> Congresso Internacional da Imprensa em Haia, na Holanda, em setembro de 1913, em que teses propostas no Congresso reunido em Roma, do ano anterior, seriam discutidas e votadas, entre outras, a criação de leis da imprensa, o anonimato no jornalismo, a propriedade literária, a responsabilidade em matéria jornalística, Jaime Vítor vai sugerir que o Rio de Janeiro seja sede de um desses congressos, no sentido de tornar o Brasil conhecido no âmbito internacional. A proposta, apresentada na carta de 16 de fevereiro de 1913, na sequência daquela em que o correspondente da *Brasil-Portugal* passou a valorizar o teatro brasileiro, integra o rol de ações estrategicamente pensadas pelo jornalista português no sentido de não comprometer as relações de proximidade entre os dois países.

Outro expediente visando o mesmo objetivo foi aproveitar as comemorações voltadas a figuras portuguesas com forte presença na coletividade literária no Rio de Janeiro, caso de Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), homenageado pelo Gabinete Português de Leitura, em 26 de fevereiro de 1913. A intenção do jornalista português, no entanto, não era reiterar a consagração do escritor luso, mas explorar “as relações intelectuais, as afinidades literárias, a afeição íntima, entre Castilho e o Brasil” (Brasil-Portugal, n. 344, 16 de maio de 1913, p. 117-118). Para tanto, rememora a amizade entre o poeta português e D. Pedro II, desde que, a convite deste, aquele viera ao Rio de Janeiro pouco antes de 1855, para divulgar o seu *Método de Leitura*. Ainda na mesma carta, Jaime Vítor recupera também a intervenção de Castilho, junto ao Imperador, na comutação da pena de um português, acusado de homicídio, em legítima defesa. Relembra, por fim, a estreia do drama *Camões* no Teatro São Pedro de Alcântara, em 30 de novembro de 1855, oferecido por Castilho ao Imperador, em poema transcrito na mencionada carta, e com interpretação de João Caetano (1808-1863) no papel principal. Até mesmo o incêndio que devorou o teatro, na madrugada de 26 de janeiro de 1856<sup>9</sup>, foi mencionado por Jaime Vítor, anexando correspondência enviada por

---

9 O incêndio do Teatro São Pedro de Alcântara ocorreu na madrugada do dia 27 de janeiro de 1855. Anteriormente a este, o teatro sofreu dois outros incêndios, em 25 de março de 1824 e 9 de agosto de 1851.

João Caetano a Antônio Feliciano de Castilho, que se encontrava em Portugal, na promoção de uma polifonia de vozes a povoar o espaço epistolar:

Meu amigo: duas notáveis coincidências houve nessa catástrofe, sendo opinião geral que o fogo foi lançado pelos meus antagonistas; uma foi arder o teatro no dia do seu natalício<sup>10</sup> e na véspera do meu; a outra foi que, tendo ardido tudo quanto existia no edifício, só salvei o seu livro — o nosso *Camões* — com parte do repertório. *Camões* salvou do naufrágio o seu poema; eu salvei do incêndio o seu *Camões* (*Brasil-Portugal*, n. 344, 16 maio 1913, p. 117-118).

Não era a primeira vez que Jaime Vítor, valendo-se da liberdade do gênero textual pelo qual optara, com vistas à aproximação com o leitor, recorreu à transcrição de textos no interior das “Cartas do Rio de Janeiro”, quer de poemas da própria lavra, quer da tradução de poemas alheios, a remeter ao caráter literário do jornalismo luso-brasileiro, “[...] tributário, em parte, da íntima relação entre os homens de letras e o espaço discursivo dos jornais” (PEIXINHO, 2009, p. 10). Quando da morte de Alexandre Herculano, em 13 de setembro de 1877, dentre as muitas celebrações, voltadas à consagração pública da memória do autor de *Eurico, o presbítero*, o correspondente da *Brasil-Portugal* menciona a que ocorreu no Teatro de D. Maria, na noite de 4 de dezembro de 1877, quando

---

10 A data correta do aniversário de Antônio Feliciano de Castilho é 28 de janeiro.

o ator Eduardo Brazão recitou versos do então jovem poeta, diante de um auditório seletivo, *verduras poéticas* transcritas, trinta e seis anos mais tarde, na carta de 16 de outubro de 1913, aqui parcialmente reproduzida a primeira parte da composição:

*Pois nem o despenhar das águas torrenciais;  
Nem a fúria brutal dos grandes vendavais;  
Nem o rude baquear d'atléticas montanhas;  
Nem a fera explosão das cóleras de Deus,  
Quando de súbito abre as rúbidas entranhas  
Na vastidão dos céus;  
Nem o embate febril de tumultuários mundos  
Nem o tosco rugir dos vagalhões profundos,  
É capaz de fazer ruído semelhante  
Ao que fez sobre a terra a queda d'um gigante!* (Brasil-  
-Portugal, n. 358, 16 dez. 1913, p. 346-348).

As comemorações de Natal, Ano Novo e Dia de Reis, “dias festivos que, mais do que a ninguém, pertencem às crianças” (Brasil-Portugal, n.339, 1 mar. 1913, p. 35-36), serviram de oportunidade para Jaime Vítor, no papel de tradutor, reproduzir quatro dos poemas de Victor Hugo (1802-1885), escritos para os netos George e Jeanne, e publicados em *L'art d'être-grand-père* (1877). Observe-se que o ano da publicação da obra de Victor Hugo coincidia com o da morte de Alexandre Herculano, ambos grandes expoentes do Romantismo europeu, paradigma literário ainda em voga entre os escritores da geração de Jaime Vítor, a conviver com o Realismo que, em Portugal, vinha se implantando desde a década de 1860. Não por acaso,

portanto, Herculano foi aclamado na dicção grandiloquente da escola romântica, enquanto Hugo se prestou à vertente emotiva, na composição de poemas voltados à criança, a exemplo de *Jeanne était au pain sec dans le cabinet noir*, ou *A criminosa*, na tradução do correspondente da *Brasil-Portugal*:

*Joana estava no quarto escuro, de castigo  
Por um crime qualquer.  
Faltando a um dever  
Fui ver essa proscrita, eu que era um velho amigo,  
E sem respeito à Lei,  
De bolos um cartucho a medo lhe passei.  
Mas aqueles em quem na minha cidadela  
Repousa a salvação da sociedade, vendo,  
Indignaram-se contra o desacato horrendo [...]. (Brasil-  
-Portugal, n. 339, 1 mar. 1913, p. 35-36)*

É possível supor que, para além da intenção de celebrar, por intermédio do poema de Victor Hugo, as datas máximas do calendário católico em Portugal, em particular, a presença da criança nessas festividades, Jaime Vítor tenha invocado a obra do poeta francês, uma vez que esta se prestaria igualmente a uma leitura simbólica, no sentido da contestação da autoridade, à vista das ressonâncias políticas que nela repercutem<sup>11</sup>. A autoridade contestada no poema, na representação de um avô “que nada nega aos netos,

---

11 O poema *Jeanne était au pain sec dans le cabinet noir* foi escrito em 1876, em Paris, para onde Victor Hugo retorna depois de vinte anos de exílio, condenado por se opor às forças antidemocráticas de Napoleão III, ou *Napoléon le petit*, título do panfleto, publicado em 1852.

perdoa-lhes todas as faltas e, muitas vezes, incita-os à rebelião” (RUN, 2003/2, p. 20, tradução nossa), trazida para o contexto político português, de perseguição aos monarquistas pelo governo republicano, veicularia o posicionamento crítico e opositor de Jaime Vítor em relação às práticas antidemocráticas do novo regime. Daí o título em português, dos versos de Victor Hugo — *A criminosa* — na sugestão de delito grave, passível de severo castigo, quando não de prisão, mas que se aplicaria a crimes de outra natureza, e não às travessuras de uma criança, subjugada pelas normas arbitrárias de bom comportamento impostas pelo mundo dos adultos.

Outra *criminosa*, exemplo também da desproporção entre infração e penalidade, foi D. Maria Constança Teles da Gama, presa na cadeia do Aljube, em Lisboa, em 1912, acusada de conspiração contra a República, em função das várias campanhas para angariação de fundos em prol dos monarquistas presos<sup>12</sup>. A rumorosa

---

12 “A figura mais proeminente da ação filantrópica [a favor dos monarquistas presos] foi D. Constança Teles da Gama, promovendo subscrições financeiras para distribuir pelos mais necessitados e encarregando-se de muitas diligências jurídicas a que estavam obrigados os prisioneiros políticos. Mas o ‘anjo visível’ ou ‘anjo das cadeias’ teria outras facetas mais ocultas, envolvendo-se em atividades conspiratórias para o financiamento de uma revolta em Lisboa, em 1913, juntamente com a condessa de Ficalho. A conduta subversiva, que sempre negou, valeu-lhe o cárcere durante oito meses, ao lado de muitos dos prisioneiros políticos que auxiliara, sendo absolvida de todas as acusações. As aristocratas participavam assim da reação dos ‘grandes do País’, que, motivados por profundo ‘descontentamento’, se organizavam para fazer a restauração da monarquia e trazer D. Manuel de regresso ao trono”.

sa prisão da descendente de Vasco de Gama, noticiada em vários números da *Brasil-Portugal*, acompanhados de reproduções fotográficas, foi a única vez em que o correspondente da revista abordou nas “Cartas do Rio de Janeiro”, pelo menos de maneira explícita, as medidas severas impostas pela República aos que pleiteavam a volta de D. Manuel II, trazida para a carta de 1 de maio de 1913, um mês após a soltura do “anjo das cadeias”:

E trajando ainda de luto [pela morte do irmão], em contraste com a alegria íntima nascida da consciência satisfeita, pelo bem que fizera, pelas lágrimas que enxugara, pelo estoicismo cristão com que suportara os mais tremendos flagelos e martírios, pela obra que realizara, de simplicidade augusta e de infinita misericórdia, foi assim que a prisioneira da República se apresentou diante do Tribunal Marcial.

Não lhe encontraram uma sombra de culpa os juízes, por isso que a absolveram. E ela que ao entrar, dias antes, no carro celular que a conduzia ao tribunal dissera esta palavra sublime: “Vou contente aqui dentro, porque quero sofrer tudo que sofreram os desgraçados que eu protegi” ao perguntar-lhe o Presidente no julgamento, o que tinha que alegar em sua defesa, disse esta palavra estóica: “Quero partilhar a sorte dos outros réus”. (*Brasil-Portugal*, n. 343, 1 mai. 1913, p. 98-99).

Associado ao fato de a carta de Jaime Vitor acerca da prisão de D. Constança ter sido publicada na *Brasil-Portugal*, nas “Notas da Quinzena”, o que investe o texto da função de editorial da revista, o tom comovido com que o jornalista-correspondente explora o

episódio da detenção sugere o compartilhamento da “visão idílica do sacrifício aristocrático” (DIAS, 2010, p. 61), ao transformar a medida de foro jurídico e político num ato de injustiça contra uma mulher, *mater dolorosa*, empenhada na ajuda humanitária a presos políticos.

Apesar dos esforços de Jaime Vítor de valer-se das “Cartas do Rio de Janeiro” no sentido de manter os laços de aproximação entre Brasil e Portugal e, por extensão, a circulação da revista lisboeta em ambos os países, o que resultou no empenho em destacar a presença portuguesa na Capital Federal, a correspondência se encerra em 1 de fevereiro de 1914, seis meses antes de a *Brasil-Portugal* deixar de circular, prova de que a revista não conseguiu sobreviver às turbulências dos primeiros anos de implantação da República em Portugal, na sua caça aos núcleos monarquistas, cuja ação subversiva se estende até 1919 (DIAS, 2010, p. 10).

Não houve despedida dos leitores por parte do correspondente, cuja última carta, perpassada de ironia, saudava a invenção do Esperanto como língua destinada a unir os homens e acabar com as fronteiras entre os países (Brasil-Portugal, n. 361, 1 fev. 1914, p.9), na mesma data em que os editores, em nota comemorativa dos quinze anos da *Brasil-Portugal*, previam dar continuidade à circulação da revista.

Se, por um lado, o ceticismo do correspondente português quanto à eficácia da língua inventada

pelo dr. Zamenhof, enquanto veículo de comunicação e harmonia universal<sup>13</sup>, se justificava à vista da conjuntura belicista da época, marcada por conflitos a anunciar a eclosão da I Guerra Mundial<sup>14</sup>, por outro, o caráter errante e dispersivo da última das “Cartas do Rio de Janeiro”, aliado à nota cômica e memoriaística acerca dos percalços enfrentados pelo viajante (inclusive o próprio jornalista) que desconhece a língua do país para onde viaja, apontavam para o uso que Jaime Vítor fazia do espaço de liberdade que usufruía na Brasil-Portugal para lutar, com as armas do discurso, contra as forças da repressão monárquica que se grassavam em Portugal desde a instalação da República.

Muito embora os posicionamentos do jornalista no que se refere à conjuntura política portuguesa e aos laços de amizade entre os dois países irmãos, fossem compartilhados pelos demais colaboradores da Brasil-Portugal, o estilo pessoal e muito próprio das “Cartas do Rio de Janeiro”, em meio a “um espaço discursivo plural e coletivo” (PEIXINHO, 2009, p.11), representado pela revista, vinha ao encontro da in-

13 No mesmo período em Ludoviko Lazaro Zamenhof propôs o Esperanto, em 1887, Johan Martin Scheleyer criou, em 1880, o Volapük, na Alemanha, e Giuseppe Peano, na Itália, a “interlín-gua” (SANTOS, 2010, p.1).

14 Jaime Vítor abordou a guerra dos Balcãs (1912-1913), disputada entre a Sérvia, Montenegro, Grécia, Romênia, Turquia e Bulgária pela posse dos territórios remanescentes do Império Otomano, episódio deflagrador da I Guerra Mundial, na carta *A situação política internacional. Contrastes e flagrantes*, publicada nas “Notas da Quinzena”, da *Brasil-Portugal*, n. 341, 1 de abril de 1913, p. 66-69.

tenção de o correspondente aproximar-se dos seus leitores, dada a distância a separá-los.

O potencial de comunicação da carta, enquanto discurso orientado para o outro, e a subjetividade a ela agregada, justificariam a escolha de Jaime Vítor por esse gênero textual, num momento decisivo de defesa da Monarquia, mundo em ruínas, que os emigrados portugueses vindos ao Rio de Janeiro procuraram salvar, em particular os jornalistas, cuja sobrevivência profissional dependia da imprensa.

## Referências

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

MÜLLER, Fernanda Suely. Lorjó Tavares, esse ilustre desconhecido de *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Todas as Letras R*, v. 13, n. 2, p. 44-54, 2011.

MÜLLER, Fernanda Suely. *(Re)vendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando os nós: as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922)*. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, USP, 2011.

PEIXINHO, Ana Teresa. O epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX. In: 6º CONGRESSO SOPCOM. 14 a 18 de abril de 2009. Disponível em: <[https://www.sopcom.pt/page/eventos\\_cient\\_ficos#-congressos\\_sopcom](https://www.sopcom.pt/page/eventos_cient_ficos#-congressos_sopcom)>. Acesso em 18/04/2020.

RUN, Jean-Louis. Une si douce autorité, ou l'art d'être grand-père. *Enfances&Psy*, n. 22, p. 16-24, 2003.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Uma resposta à questão do Esperanto como proposta de língua universal sob a ótica da problemática das identidades. *Revista de Letras*, v. 12, n. 13, p. 1-15, 2010.

SANTOS, Miguel Dias. *A contra-revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

SILVA, Júlio Rodrigues da. As revistas luso-brasileiras (1897-1914): *Jornal do Brasil: Edição Quinzenal Ilustrada* (1897-1898) e *Brasil-Portugal: Revista Ilustrada* (1899-1914). In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *Suportes e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 261-287.